

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2014 -
4ª Revisão de Receita.**

I – Metas de arrecadação 2014 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de receita do Tesouro Estadual em relação à 3ª Revisão de Receita apresentada na Nota Técnica SEFAZ/SUPOF nº 12, de 20 de agosto de 2014, uma vez que a continuidade da forte desaceleração da economia nos últimos meses, acena para que se façam ajustes expressivos na projeção de receitas tributárias do Estado que repercutem na liberação de orçamento para execução das despesas do exercício.

As reavaliações estão descritas e evidenciadas nos textos e tabelas apresentados na seção 3. Ao final desta Nota inclui-se o Anexo 1 que detalha os modelos de projeção que auxiliam a análise das principais receitas.

II – Cenário Econômico

Segundo dados coletados pelo IBGE, a atividade física industrial brasileira tem apresentado, neste ano, uma persistente queda no ritmo de produção. A produção de máquinas e equipamentos obteve em julho redução de 7,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior e abatimento de 5,3% no acumulado do ano. O cenário negativo se mantém quanto à produção industrial de veículos automotores, reboques e carrocerias, que alcançou em julho redução de 22,8% em relação ao mesmo período do ano anterior e queda de 17,7% no acumulado do ano, o que demonstra a cautela dos empresários em realizar novos investimentos, refletindo na redução do nível de confiança das famílias.

No ERJ os números permanecem alarmantes. A fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias registrou em julho queda significativa (36,3% em relação ao

igual mês do ano anterior e de 24,9%, no acumulado do ano). Outros itens da indústria de transformação também obtiveram resultados ruins. A fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos registrou em julho redução de 15,1% em relação ao igual mês do ano anterior e variação percentual acumulada no ano de -13,0%. A metalurgia, por sua vez, teve em julho queda de 2,7% em relação ao ano anterior e decréscimo de 3,8% no acumulado do ano.

De acordo com dados da Anfavea, associação que congrega os produtores nacionais de auto veículos (compreendido pelo setor de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus), o setor obteve no acumulado até agosto queda de 38% nas exportações, de 18% na produção e de 10% no licenciamento em relação a igual período do ano anterior.

Ainda de acordo com a Anfavea, no grupo de máquinas agrícolas e rodoviárias (compreendido pelo setor de tratores de rodas, tratores de esteiras, cultivadores motorizados, colheitadeiras de grãos e retroescavadeiras) houve em agosto redução acumulada de 7% nas exportações, de 15% na produção e de 19% nas vendas em relação a igual período do ano anterior.

Nesta mesma linha, o Índice de Confiança do Empresário Industrial, realizado pela FIRJAN, tem refletido a preocupação do setor com relação à conjuntura econômica atual. No caso brasileiro, o índice atingiu o menor valor de toda a série histórica, fechando em 46,4 pontos no segundo trimestre de 2014. O indicador fluminense registrou, por sua vez, 47,4 pontos, sendo a segunda retração consecutiva do índice. Em ambos os casos, os valores, neste momento, apontam para um certo grau de pessimismo com relação à melhora da economia.

Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho indicam que em julho, mês seguinte à realização da maioria dos jogos da Copa do Mundo, houve redução de 0,18% do pessoal ocupado no ERJ, fruto da redução líquida de 7.049 vagas. Neste mês houve um retrocesso na geração de empregos, com uma redução líquida de 7.049 vagas (decréscimo de 0,18% do pessoal ocupado no ERJ). Diversos setores importantes apresentaram resultados negativos: extrativa mineral (-0,17%), indústria de transformação (-0,22%), construção civil (-0,76%), serviços (-0,21%), sendo o setor de serviços o que apresentou o pior desempenho (redução de 4.289 postos de trabalho) enquanto o setor de serviços industriais de utilidade pública foi o que apresentou melhor desempenho, ainda que tímido (aumento de 306 postos de trabalho).

Por conta da piora acentuada no cenário econômico nesses últimos meses, setores industriais com forte peso na arrecadação de ICMS têm apresentado persistente redução

no ritmo de suas atividades. Em decorrência disso, o mês de julho foi marcado por quedas significativas na receita estadual em setores como: metalurgia e siderurgia (-19,7%), veículos automotores (-17,2%), energia elétrica (-14,4%) e telecomunicações (-5,3%). Diante deste quadro, a perspectiva para os próximos meses não permite prever o mesmo desempenho arrecadatório verificado ao longo do ano anterior.

A retração da atividade econômica verificada no primeiro semestre de 2014 tem se refletido na arrecadação dos últimos meses, bem como contribuído para certo conservadorismo nas previsões de receita do ERJ, principalmente no que diz respeito ao ICMS.

Nota-se que nos primeiros oito meses de 2014 este tributo registrou um crescimento nominal de 6,7% em relação ao mesmo período do ano passado, já acenado para possível perda nominal. Além disso, observa-se que o cenário de represamento de preços em empresas de energia elétrica e petróleo tem se mantido, o que se reflete sobre o volume de transações tributáveis destas empresas e, por conseguinte, afeta sobremaneira o desempenho tributário de setores importantes da arrecadação estadual. Se junta a isso a redução das importações extraordinárias do setor de óleo e gás, que também tem contribuído para perda de receita proveniente da arrecadação de ICMS. Vale ressaltar, ainda, que a arrecadação com a atividade de energia elétrica já estava bastante afetada pela redução nas tarifas de energia elétrica decorrente da promulgação da MP 579/12 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013).

O IPCA, no mês de julho, subiu 0,01%, atingindo 6,50% no acumulado dos últimos 12 meses, igual ao teto da meta de inflação estabelecida pelo BACEN para o ano de 2014. No Estado do Rio de Janeiro, o IPCA diminuiu 0,08% em julho, chegando a 7,41% nos últimos 12 meses. O IGPM, por sua vez, retrocedeu 0,61% nesse mesmo mês. No entanto, no acumulado dos últimos 12 meses registrou 5,33%. A taxa média de câmbio comercial para venda (R\$/US\$) no mês de julho foi de 2,22.

Vale ressaltar, que no texto aqui apresentado optou-se por utilizar como referência para os dados conjunturais e econômicos o mês de julho, por conta da diferença do calendário de divulgação de indicadores de algumas instituições.

III – REFIS

Diante desse cenário, para minimizar as perdas de arrecadação, o ERJ pelo Decreto Estadual 44.780, de 07 de maio de 2014, criou um programa de pagamento e parcelamento de débitos de ICMS que inclui dívidas desse imposto com data de vencimento original até 31.12.2013, que poderão ser quitadas ou parceladas mediante redução de multas punitivas, moratórias e outros acréscimos legais, inclusive com a utilização de saldos credores acumulados do imposto, além da possibilidade de transferir Créditos Acumulados entre coligadas e entre controladas e controladoras. Trata-se de uma oportunidade diferenciada ao contribuinte para quitação de débitos fiscais.

Por orientação do Subsecretário de Receita desta SEFAZ, na estimativa de arrecadação do ICMS apresentada nesta Nota, foi acrescentado o valor adicional de R\$ 700 milhões esperados para o exercício. Por conta da expectativa de adesão de grandes contribuintes ao Programa, parte do montante está previsto na própria rubrica do ICMS, quando proveniente de cobrança administrativa (R\$ 210 milhões) e a maior parcela está sendo esperada para aqueles já inscritos em Dívida Ativa (R\$410 milhões).

A SEFAZ estará acompanhando de perto o resultado do Programa para propor novos ajustes na previsão de arrecadação, se necessário.

Na próxima seção apresentam-se os resultados das reestimativas da receita, com base na metodologia adotada¹ e na atualização dos parâmetros macroeconômicos.

A metodologia de estimativa das receitas foi detalhada na nota técnica nº 11 de 18/06/2013, que se encontra disponível no site: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/sitios/sitios-transparencia-navigation/coluna1/inicioTransparencia?_adf.ctrl-state=151wc97lrd_135

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

Tabela 1 apresenta as novas estimativas de receita estadual, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2014 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		4ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
		3ª Revisão (C)	4ª Revisão (D)	(D - C)	Δ % (D/C - 1)
IRRF	00	2.932	2.932	-	
IPVA	00	2.049	2.061	12	0,6%
ITD	00	671	671	-	
FECF	22	2.945	2.945	-	
ICMS TOTAL	00	32.396	32.303	- 93	-0,3%
<i>ICMS Modelo Previsão</i>		32.396	32.093	- 303	-0,9%
<i>ICMS REFIS</i>		-	210	210	
Receita Financeira		214	214	-	
FPE	06	1.120	1.120	-	
IPI	07	863	863	-	
Lei Kandir	07	86	86	-	
Demais Transf. União	01	97	49	- 49	-50,0%
Multas e Juros**		474	474	-	
Dívida Ativa TOTAL***		266	756	490	184,4%
<i>Dívida Ativa Previsão</i>		266	266	-	
<i>Dívida Ativa REFIS</i>		-	490	490	
Dep. Judiciais tributários	90	15	15	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		54	54	0	0,2%
Outras Restituições		206	206	-	
Outros		74	77	3	3,6%
Receitas Extras		687	687	-	
CEG	01	300	300	-	
Demais Receitas	01	30	30	-	
Receita intra outras Restituições	01	357	357	-	
Subtotal 1		45.149	45.512	363	0,8%
Alienação de Bens	01	160	160	-	
Depósitos judiciais	91	422	566	144	34,1%
Operações de Crédito		6.994	6.994	-	
	11	6.783	6.783	-	
	21	211	211	-	
Receita Financeira		128	131	2	1,7%
Subtotal 2		7.705	7.851	146	1,9%
Royalties & FEP		8.496	8.760	264	3,1%
	04	3.812	3.077	- 735	-19,3%
	10	4.684	5.683	999	21,3%
Salário Educação	05	451	451	0	0,0%
Subtotal 3		8.953	9.218	264	3,0%
TOTAL GERAL (1+2+3)		61.807	62.581	774	1,3%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

** Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

*** Inclui FR 00 - 01 - 22

1. **ICMS** – reavaliado em menos R\$ 303 milhões em relação à 3ª revisão, projetando-se, assim, uma redução de 0,9% em relação à última previsão. Aparentemente o expressivo salto da arrecadação do imposto em 2013 (com crescimento de 15,2%) acabou carregando um viés otimista aos modelos de previsão, que acabou não se concretizando. Além disso, a perpetuação do arrefecimento da atividade econômica, verificada ao longo deste ano, tem contribuído para a redução da base de transações tributárias. A revisão da estimativa para o ano corrente registra R\$ 32,093 bilhões, aumento de 4,45% em relação ao ano anterior.

2. **IPVA** – Valor de R\$ 2.061 bilhões revisado na Nota. Aumento de 12 milhões com relação à 3ª revisão, um acréscimo de 0,6%. Houve a percepção de um ligeiro aumento na arrecadação nos últimos meses, por conta das medidas fiscalizatórias mais contundentes, recentemente implementadas.

3. **Demais Transferências da União** – reduzido em 49 milhões, decréscimo de 50% em relação à 3ª revisão. Essa redução foi uma escolha cautelosa, vislumbrando a possibilidade do não repasse ou atraso do FEX – Fundo de Apoio às Exportações, como ocorrido em 2013, fato que impactou a previsão para 2014. Até o momento o Governo Federal não editou a Medida Provisória que fixa o valor por Estado. Desta forma, a previsão apresentada nesta Nota contempla apenas o valor já realizado, competência 2013.

4. **Depósitos judiciais** – ajuste com aumento de R\$ 144 milhões, um acréscimo de 34,1% em relação à última previsão, realizado com base em estimativas recentes da evolução de depósitos judiciais efetuados, abrindo margem para que o Estado realize novos saques para pagamento de precatórios conforme previsto pela LC 147/2013.

5. **Royalties e FEP** – Reavaliado em mais R\$ 264 milhões em relação à 3ª revisão, projetando-se, assim, um aumento de 3,1% em relação à anterior. A nova revisão

considera as estimativas de produção mais otimistas da ANP, que inclui a ativação de novas plataformas no campo de Roncador e investimentos nos campos de Pré-sal. Cabe destacar que tal revisão leva em consideração que serão efetuados 12 repasses de royalties pela União dentro deste exercício. O ajuste da previsão aponta para uma arrecadação de R\$ 8.760 milhões em 2014, detalhados em separado em tabela inserida no texto desta Nota..

Tabela 2

Em R\$

ROYALTIES		3ª revisão	4ª revisão
		8.496.083.476	8.760.440.796
Fonte 04	Transferências aos Municípios	452.812.039	464.919.157
	PASEP	80.432.714	82.955.216
	FECAM	482.558.237	497.693.249
	Indenização a União	1.200.345.837	1.200.345.837
	Recomposição da Conta "B"	550.000.000	550.000.000
	Serviço da Dívida	1.045.625.287	281.210.500
Fonte 10	RIOPREVIDÊNCIA*	4.684.309.362	5.683.316.836

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das Contas de Gestão de 2012.

Tabela 3 - Reestimativa de Receita Tesouro 2014 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	3ª REVISÃO (C)	4ª REVISÃO (D)	4ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
				(D - C)	Δ% (D/C - 1)
IRRF	00	2.932	2.932		
IPVA	00	2.049	2.061	12	0,6%
ITD	00	671	671		
ICMS	00	32.396	32.303	(93)	-0,3%
Multas e Juros	00	456	458	2	0,4%
Dívida Ativa	00	254	742	488	192,0%
Receita Financeira	00	0	0		
Outras Restituições	00	68	68		
Outros	00	0	0		
TOTAL	00	38.826	39.235	409	1,1%
Receita Financeira	01	214	214		
Demais Transf. União	01	97	49	(49)	-50,0%
Multas e Juros	01	5	3	(2)	-33,2%
Outras Restituições	01	115	115		
Dívida Ativa	01	7	9	2	25,6%
Demais Receitas	01	30	30		
Alienação de Bens*	01	160	160		
Ress. de Pess. Cedido- D. Áreas	01	3	3		
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	0	0		37,2%
Rec. Intra de Outras Restituições	01	357	357		
Outros	01	367	369	2	0,6%
TOTAL	01	1.355	1.309	(46)	-3,4%
Royalties	04	3.812	3.077	(735)	-19,3%
Receita Financeira	04	-	-		
Royalties	10	4.684	5.683	999	21,3%
TOTAL		8.496	8.760	264	3,1%
Salário Educação	05	451	451		
Outros	05	0	0		0,3%
TOTAL	05	451	451		0,0%
FPE	06	1.120	1.120		
Receita Financeira	07	-	-		
IPI	07	863	863		
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
TOTAL	07	949	949		
Ressarcimento de pessoal cedido	20	51	51		0,0%
Outros	20	-	-		
TOTAL	20	51	51		0,0%
FECF	22	2.945	2.945		
Multas e Juros	22	13	13		
Dívida Ativa	22	4	4		
TOTAL	22	2.962	2.962		
Outros	26	0	0	-	
CIDE	26	6	6		
TOTAL	26	6	6		
Dep. Judiciais tributários	90	15	15		
Outros	90	1	1	1	57,8%
TOTAL	90	16	16	1	3,2%
DEP. Judiciais não Tributários	91	422	566	144	34,1%
Outros	95	4	4		
Outros*	95	2	2		
Outros	11	126	126		
Outras Restituições	11	23	23		
Operações de Crédito*	11	6.783	6.783		
Operações de Crédito*	21	213	215	2	1,1%
TOTAL GERAL		61.807	62.581	774	1,3%

* Receitas de Capital

** Receita Bruta (com FUNDEB)

IV – Cronograma de entrada de receitas².

A reavaliação das receitas do Estado alterou também o cronograma anteriormente estimado. O quadro abaixo demonstra o novo cronograma, ajustando o fluxo de entrada das receitas no 1º semestre à nova previsão para o ano.

Tabela 4 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos

									Em mil R\$
FONTE	TIT FONTE	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE**	3º BIMESTRE**	4º BIMESTRE**	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	00	7.111.168	5.958.544	6.145.597	5.678.636	6.326.941	6.745.839	37.966.724
		01	3.848	4.303	3.032	3.487	5.830	5.830	26.330
		22	507.006	482.293	472.622	457.109	503.827	522.256	2.945.113
13	RECEITA PATRIMONIAL	00	0	0	0	6	14	14	34
		01	63.697	49.972	41.448	43.606	171.965	173.085	543.773
		04	1.400.218	109.991	240.009	679.517	298.840	348.549	3.077.124
		05	68	83	72	117	8	8	356
		07	-	-	-	-	-	-	-
		10	29.349	1.005.065	1.430.413	1.106.034	325.302	1.787.154	5.683.317
		11	18.959	26.698	37.098	42.423	569	569	126.316
		21	100	449	1.158	1.240	726	726	4.400
		26	69	71	36	20	16	16	228
		90	197	228	291	231	227	227	1.400
16	RECEITA DE SERVIÇOS	95	625	-	2.251	-	426	-	3.302
		01	675	930	1.492	1.590	785	850	6.322
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95	203	-	389	-	260	-	852
		01	48.685	-	-	-	-	-	48.685
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	05	66.920	92.365	64.743	66.325	106.937	53.639	450.929
		06	241.323	158.297	196.757	160.399	150.675	212.881	1.120.331
		07	144.331	128.924	149.183	151.575	173.157	201.954	949.124
		26	5.922	-	-	-	-	-	5.922
		00	164.206	89.283	87.993	107.856	413.471	405.601	1.268.410
		01	23.048	10.814	97.565	13.514	9.082	12.521	166.544
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11	9.234	50	3.125	10.585	263	151	23.409
		20	1.168	3.004	2.978	5.442	51	34	12.678
		22	2.320	2.629	2.694	3.169	3.151	2.952	16.916
		90	-	-	9.987	-	2.506	2.506	15.000
		91	151.939	-	-	405.317	4.372	4.372	566.000
22	ALIENAÇÃO DE BENS	11	1.167.910	2.297.141	150.128	1.375.125	621.467	1.171.584	6.783.356
		21	4.911	98.125	16.203	13.477	23.207	55.146	211.069
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	01	-	-	-	23.650	45.450	90.900	160.000
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	95	-	-	-	-	-	2.204	2.204
		01	40	85	77	298.238	29.194	29.188	356.823
83	INTRAORÇAMENTÁRIA AMORTIZAÇÃO	20	5.800	5.116	1.634	4.931	6.138	14.259	37.879
		01	-	-	178	-	-	100	278
Total Geral			11.173.940	10.524.461	9.159.154	10.653.619	9.224.858	11.845.115	62.581.147

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

² Receita Bruta (Com FUNDEB)

V – Comparação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir discrimina por Fonte de Recursos os valores da atual revisão à luz da das dotações alocadas em cada uma delas, considerando a respectiva disponibilidade orçamentária e os valores contingenciados, apontando para os saldos e ou/déficits que orientarão o necessário ajuste do orçamento.

Nos valores apresentados na FR 00 estão incluídos os R\$ 700 milhões esperados como receita resultante da adesão de contribuintes ao Programa de Parcelamento, e na FR 01, a realização de outras receitas extraordinárias, já incluídas na 3º Revisão, permitirão minimizar o efeito negativo das que não serão concretizadas este ano.

Tabela 5
COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE								
FR	RECEITA BRUTA PREVISTA (SET 2014) (A)	PREVISÃO FUNDEB (B)**	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA (AGO 2014) (C) = (A) - (B)	DOTAÇÃO ATUAL (SET 2014)	CONTINGENCIADO (SET 2014)	SUPERÁVIT (SET 2014)	DISPONÍVEL (SET 2014) (D)	DIFERENÇA (C)-(D)
00	39.235.168.603	5.340.000.331	33.895.168.272	34.345.270.973	725.890.157	72.596.411	33.546.784.404	348.383.868
01	1.308.476.242		1.308.476.242	1.290.355.417	32.150.614	4.883.366	1.253.321.437	55.154.805
06	1.120.331.005	224.066.201	896.264.804	881.063.724	-	-	881.063.724	15.201.080
07	949.124.019	146.644.913	802.479.106	860.042.192	12.500.000	15.063.086	832.479.106	(30.000.000)
22	2.962.028.426		2.962.028.426	2.971.450.041	6.767.902	1.773.167	2.962.908.972	(880.546)
Subtotal	45.575.128.295	5.710.711.445	39.864.416.850	40.348.182.348	777.308.673	94.316.032	39.476.557.643	387.859.207
04	3.077.123.960		3.077.123.960	3.277.932.947	4.071.720	11.435.357	3.262.425.870	(185.301.910)
05	451.285.222		451.285.222	433.234.089	-		433.234.089	18.051.133
20	50.556.667		50.556.667	47.621.899	-	6.129.903	41.491.996	9.064.671
26	6.150.266		6.150.266	5.937.726	-		5.937.726	212.540
90	16.400.000		16.400.000	326.257.146	257.146		326.000.000	(309.600.000)
91	566.000.000		566.000.000	326.926.017	-		326.926.017	239.073.983
95	6.358.117		6.358.117	6.335.418	-	2.677.926	3.657.492	2.700.625
96	-		-	5.884.331	-		5.884.331	(5.884.331)
11	6.933.080.553		6.933.080.553	8.114.335.007	-	571.947.386	7.542.387.620	(609.307.067)
21	215.468.920		215.468.920	329.633.617	-	5.798.239	323.835.378	(108.366.458)
10*	5.683.316.836		5.683.316.836	5.115.259.376			5.115.259.376	568.057.460
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	17.005.740.541	-	17.005.740.541	17.989.357.573	4.328.866	597.988.812	17.387.039.896	(381.299.355)
TOTAL	62.580.868.836	5.710.711.445	56.870.157.391	58.337.539.921	781.637.539	692.304.843	56.863.597.539	6.559.852

*Considerada a troca de FR 04 e 10 - Tabela 2

** Contabilizado por Conta Redutora.

SIG em 26-09-2014

A receita líquida prevista para o exercício, depois de subtraído o valor estimado para as transferências ao FUNDEB, atinge R\$ 56,87 bilhões. Em relação à dotação disponível no orçamento, desconsiderado o valor contingenciado de R\$ 781,63 milhões, a revisão aponta para um saldo de R\$6,56 milhões, soma algébrica dos saldos e déficits apurados em todas as Fontes de Recursos, conforme demonstrado na Tabela acima.

Em que pese a expressiva frustração de receita do ICMS, fortemente influenciado pelo cenário econômico nacional espera-se que a receita a ser realizada nos próximos meses

permitam a adequação das dotações as despesas previstas para o exercício, acenando para o equilíbrio orçamentário e financeiro.

IX – Conclusão

A presente Nota ao avaliar a receita à luz das perspectivas da economia, das variáveis do processo de arrecadação e da despesa fixada na lei de Orçamento Anual, consideradas as alterações orçamentárias autorizadas até 07/08, orienta pequena alteração a maior na estimativa de Receita própria do Tesouro apresentada na Nota Técnica Nº 12, de R\$ 45,14 bilhões para R\$ 45,57 bilhões.

Diante das incertezas do cenário econômico, aliadas à frustração de Receita Tributária constatada nos três últimos meses, mas compensada pela receita esperada pelo REFIS, numa atitude conservadora recomenda-se um severo acompanhamento da realização da arrecadação nos próximos meses, a busca por novas fontes de receitas que deverão fazer parte de um processo contínuo de realinhamento orçamentário e financeiro além da manutenção do patamar da despesa registrado nesta data, atendendo-se tão somente, em caráter excepcional despesas basicamente relacionadas a gastos de pessoal e programas estratégicos de Governo. A análise dos números indica que não há disponibilidade financeira para assumir despesas não programadas.

À apreciação superior.

Marco Aurélio Alves de Mendonça
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal

Daniela Costa
Superintendente de Programação Financeira

Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo.

Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins
Secretário de Estado de Fazenda